Contabilidade criativa

AÉCIO NEVES

O país vem tendo a oportunidade de conhecer, nestes primeiros dias de 2013, análises e opiniões de especialistas sobre os efeitos das manobras contábeis utilizadas pelo Governo federal para sanar as obrigações fiscais não cumpridas ano passado .

A irresponsabilidade fiscal praticada ganhou um nome irônico: contabilidade criativa.

Elas evidenciam que o governo permanece sofrendo de um mal que, invariavelmente, provoca danos severos à sociedade: gasta muito e gasta mal. As contas simplesmente não fecham!

Há um cardápio variado de truques e de estranhezas contábeis que se repetem desde 2009, como a transformação de dívida em receita primária; a venda de dividendos de estatais mistas para o BNDES, visando a calibrar o Tesouro Nacional, e o uso do processo de capitalização da Petrobras como fonte geradora de receitas artificiais.

A novidade, agora, é a apropriação dos recursos do Fundo Soberano — R$ 12,4 bilhões — para o reforço da formação do superávit e o uso do Tesouro como uma corretora de valores, que recebe ações de empresas privadas de um dos seus bancos (BNDES) e manda para outro (CEF). O Tesouro, mesmo que por alguns momentos, passou a ser acionista de empresas privadas. Acrescentou-se a tais manobras o desconto das despesas do PAC do cálculo do resultado primário — R$ 25 bilhões em 2012.

O conjunto de operações atípicas traz à tona uma questão extremamente relevante. Maquiando sua prestação de contas e manejando margens para conseguir se aproximar dos resultados planejados, o governo fragiliza ainda mais a sua já combalida credibilidade.

Há um cardápio variado de truques e de estranhezas contábeis repetidas desde 2009. É temerário que as posições oficiais sejam sistematicamente desmentidas pela realidade

As manobras fiscais não são um problema isolado. Governando sob o regime do improviso, o Executivo impõe ao país decisões estruturais sem qualquer diálogo, muitas vezes ignorando a sua própria base congressual e importantes atores da área produtiva. Empresta a essas medidas a força da legalidade, através de instrumentos provisórios, como as MPs, e espanta o mercado de investidores..

A mudança do marco regulatório do sistema elétrico é o exemplo mais recente, assim como a insegurança sobre o desempenho do setor. Lembro que dias atrás o Governo federal taxou como "ridícula" a hipótese de racionamento de energia. Mas, como palavras não enchem reservatórios, sob as sombras do constrangimento, reuniu-se essa semana uma preocupada equipe de governo para estudar como evitar justamente o problema que afirmavam não existir.

A questão de fundo é que credibilidade é um ativo importante nos governos democráticos — tem valor simbólico, mas também objetivo. Ela se manifesta através da confiança dos investidores e da sociedade em regras estáveis, o que permite segurança para planejar investimentos e o futuro.

Por isso é temerário que as posições oficiais sejam sistematicamente desmentidas pela realidade, como ocorreu na projeção de 4% de crescimento do PIB previsto para 2012. Fechamos o ano com o minúsculo 1%.

São ações que colocam em risco fundamentos que legaram aos governos do PT a herança bendita da estabilidade econômica, marco inicial imprescindível para o processo de redução da pobreza e para a construção de um novo patamar de desenvolvimento no país. ●

Aécio Neves é senador (PSDB-MG)

O abismo paulistano

ANTONINHO MARMO TREVISAN

Enquanto o mundo todo, ansioso ante o risco de uma nova retração nos Estados Unidos, acompanhava a aprovação, aos 47 minutos do segundo tempo, do projeto de lei do presidente Barack Obama que evitou o temido abismo fiscal, o novo prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, tomava posse e alertava sobre a gravidade da dívida do município. Considerando que a economia paulistana é tão importante para o Brasil quanto a americana para o Planeta, o problema merece a máxima atenção.

Para se entender melhor a questão, considerando que o tema é polêmico e suscitou distintas versões de números e dados na mídia, é pertinente observar que a dívida pública da cidade advém de precatórios judiciais, operações de créditos internos e externos e de parcelamento de débitos com outras unidades federativas. Contudo, 95% do saldo são decorrentes do contrato de refinanciamento celebrado com a União, em maio de 2000, baseado na Medida Provisória nº 2.185.

O acordo original previa a correção baseada no IGP-DI, mais 6% de juros ao ano. Entretanto, existia uma cláusula perversa: se em 30 meses não fossem quitados pelo menos 20% do principal, os juros passariam a 9% ao ano, retroativos à data de assinatura do contrato. Dito e feito! Como pagar esses 20% significaria inviabilizar a gestão, a prefeitura não o fez e, portanto, foi apenada com o aumento dos juros. Alguém, com certeza, fez um péssimo negócio!

A capital paulista perdeu a capacidade de investimentos! São Paulo precisará de uma alternativa política

Números precisos evidenciam a gravidade da situação. Desde a assinatura do tal contrato, o município despendeu, do ano 2000 a 2012, R$ 19.195.545.301,08 com o serviço da dívida. Desse total, contudo, R$ 17.982.434.546,05 são referentes a juros, e apenas R$ 1.196.544.401,66, à amortização. Ou seja, é algo absolutamente inviável. É quase como enxugar gelo com o dinheiro dos impostos pagos pelos cidadãos e empresas da maior cidade brasileira. Segundo informação da própria prefeitura, o valor da prestação mensal é de 13% de sua Receita Líquida Real (RLR). O saldo atualizado da dívida da cidade é de aproximadamente R$ 52 bilhões, sendo R$ 50 bilhões com o Governo federal. É um valor bem acima da arrecadação anual, de R$ 40 bilhões. A capital paulista perdeu a capacidade de investimentos!

A esta altura, o leitor deve estar pensando que tudo isso é coisa de contador. E é mesmo! Afinal, quando não se fazem contas precisas antes da assinatura de qualquer acordo ou contrato que envolva dinheiro, as consequências são sempre negativas. Mais lamentável ainda quando se trata de dinheiro público. Aí, não resta alternativa senão uma solução política, como fez o Congresso dos Estados Unidos, que não ignorou a dívida do país. Sim, São Paulo também precisará de uma alternativa política, inclusive de maneira a estimular a multiplicação de empresas de serviços. Caso contrário, será muito difícil a realização do consistente projeto de governo consagrado nas urnas pelo voto livre dos paulistanos. ●

Antoninho Marmo Trevisan é contador e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República

Bons exemplos

JERSON KELMAN

O editorial do GLOBO (13/1) mostra que os gastos para a prevenção dos efeitos dos desastres naturais têm sido inferiores ao que consta do orçamento governamental e conclui que "o grande desafio é melhorar como um todo a administração pública na prevenção de tragédias e nas ações de reparos de danos". Imagino que a reação dos leitores tenha sido de indignação com a aparente ineficiência e indolência da máquina pública. Provavelmente atribuirão aos "políticos" a responsabilidade pelas catástrofes que acontecem todos os anos durante a estação chuvosa. Será isso mesmo? A responsabilidade deve recair apenas sobre a ineficiência e indolência do setor "chapa branca"? Penso que não.

Para começar, é preciso reconhecer que a máquina pública não se move sozinha. Ela é acionada por despachos e decisões de servidores públicos. São pessoas que em sua maioria gostariam de estar prestando um bom serviço. Mas que recebem continuamente uma sinalização na direção contrária. Explico: se um servidor público toma uma decisão de boa-fé que depois se revele equivocada, provavelmente será punido. Para isso há um exército de controladores entrincheirados nas corregedorias, tribunais de contas e Ministério Público. Se "empurrar com a barriga", por exemplo, se pedir mais esclarecimentos ou engavetar o processo, provavelmente seguirá na carreira, sem grandes perturbações, a despeito da paralisia causada à máquina pública. Por outro lado, se tomar a decisão correta, é quase certo que não será premiado. Ao contrário, como a administração pública no Brasil é avessa à meritocracia, provavelmente será visto com desconfiança.

Nossa cultura tende a ridicularizar o culto aos heróis. Preferimos dar destaque aos malandros

Formulo duas sugestões de como a imprensa poderia atuar para mudar a situação.

Primeira, dar atenção não apenas aos lances escabrosos e sem punição, em que o dinheiro público é desperdiçado ou o cidadão desrespeitado, mas também divulgar os casos em que o agente público fez mais do que o trivial para a produção de um bom resultado. Por alguma obscura razão, nossa cultura tende a ridicularizar o culto aos heróis. Preferimos dar destaque aos malandros.

Segunda sugestão: diminuir a pressão "por mais fiscalização" a cada novo escândalo. Quando ocorre um desses casos, é natural que o cidadão se enfureça ao constatar que recursos públicos escoam para os ralos da corrupção ou ficam represados nas muralhas da incompetência.

E que exija a contratação de um exército ainda maior de fiscais para que os recursos sejam corretamente aplicados. Só que esses fiscais para justificar a própria existência passam a dificultar a atuação não apenas dos corruptos, mas também dos honestos. Isto é, a ânsia por mais controle resulta no aumento da burocracia e, em última análise, do Custo Brasil. Já nos processos industriais não se almeja "zero imperfeição" porque não faz sentido gastar com o controle mais do se ganha com ele. O que necessitamos é que os corruptos sejam efetivamente punidos. E isso, felizmente, começa a mudar para melhor. ●

Jerson Kelman é professor da UFRJ, foi presidente da ANA e ex-diretor-geral da Aneel